

RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

**Aplicabilidade de bases conceituais das
Ciências Humanas e Sociais
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)**

RiMa

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(organizadores)

RiMa

2015

© 2015 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.
I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

Sobre os autores

Alessandra Nascimento Bernardo: Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

Aline Silveira Viana: Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências - Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline_geronto@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira: Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

Antônio Miguel Vieira Monteiro: Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

Arthur Soffiati: Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

Cláudia Paola Cardozo: Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta - UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH - UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

Cláudio Carneiro: Membro da Diretoria da AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

Davi Barbosa do Nascimento: Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

Dora Vargas: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

Edison Pessanha Braga: Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

Eymar Silva Sampaio Lopes: Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

Jane Nunes: Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

Jocimar Gonçalves Lisboa: Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

Juliana T. Nazareno Mendes: Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Juliana Sartori: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Recursos Hídricos” e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

Layla Stassun Antonio: Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

Leticia Aparecida Rocha: Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

Luana Fernandes dos Santos Azeredo: Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

Luciano Lourenço: Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

Marcello Silva da Costa: Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

Marco Antonio Sampaio Malagoli: Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

Mário Augusto Vicente Malaquias: Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

Neusa Francisca Nascimento: Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

Norma Valencio: Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

Renzo Taddei: Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

Roberto do Carmo: Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

Samira Younes Ibrahim: Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

Sérgio Portella: Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sportella@gmail.com

Simone Santos Oliveira: Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

Thaís Lopes Côrtes: Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

Virgínia Garcia Acosta: Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

Sumário

Apresentação xi

Seção I

Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização 3
Luciano Lourenço

La construcción social de la prevención. Un concepto
en construcción 45
Virginia García-Acosta

Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas 57
Antenora Maria da Mata Siqueira

Desastres normais: das raízes aos rumos de uma
dinâmica tecnopolítica perversa 79
Norma Valencio

Seção II

Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares

Reino da necessidade *versus* reino dos direitos: desafios e
impasses ao assistente social em contextos de desastres 123
Dora Vargas

O ato de habitar a partir de um programa habitacional1 141
Juliana Nazareno Mendes

Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião
de São Tomé 161
Arthur Soffiati

A liberdade se equipara à vida 187
Sergio Portella

Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia 205
Marco Antonio Sampaio Malagoli

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ)	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre	373
<i>Juliana Sartori</i>	

Seção III **Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada**

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT)	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico”	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra”	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ	509
<i>Edison Pessanha</i>	

Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

O mal-estar da civilização a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



Reino da necessidade¹ versus reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres

Dora Vargas

Introdução

Este capítulo tem por objetivo traçar considerações gerais e introdutórias acerca dos desafios que o campo² dos desastres vem revelando aos assistentes sociais, profissionais hoje integrantes da technicalidade que envolve a gestão dos desastres, problematizando os impasses oriundos da busca pela defesa incondicional dos direitos dos afetados, proteção social conquistada historicamente e resguardada jurídico-formalmente, em confronto com a racionalidade técnico-institucional em meio à qual se inserem de maneira comumente precária, expondo-os de maneira particular ao risco do retrocesso a práticas assistencialistas e conservadoras – à moda do que a gestão dos desastres vem fomentando. Trata-se de considerar elementos de tensão entre projetos profissionais diversos, originados de racionalidades técnicas distintas, que têm colaborado para gerar relações de enfrentamento no âmbito institucional e deste com o meio social, concebidos neste capítulo como *impasse(s)*. Tal esforço conjuga-se com a reflexão sobre os desastres a partir de uma ótica não hegemônica, ou seja, a das Ciências Humanas e Sociais, e de recuperar aspectos que vêm constituindo a prática do Assistente Social, resgatando elementos caros ao Projeto do Serviço Social brasileiro contemporâneo (IAMAMOTO, 2009), como a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania e o posicionamento em favor da equidade e justiça social (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1997, p. 17).

1. Expressão usada pelo sociólogo Francisco de Oliveira (no programa *Café Filosófico*, da TV Cultura, exibido em 27 de abril de 2008, cuja tema foi “Ornitorrinco: será isso um objeto de desejo?”), que afirma que, no mundo contemporâneo o trabalho humano passa a ser banal e supérfluo, o que reafirma o *reino das necessidades*, estas construídas socialmente (até as mais elementares), em detrimento do *reino da liberdade*, utopia almejada e perseguida pelas promessas modernas e programas socialistas. Neste capítulo, objetivamos adotá-lo para enfatizar as ameaças que se esboçam contra direitos sociais conquistados historicamente pela sociedade brasileira, simbolizando a possibilidade de retrocesso e retomada do conservadorismo.
2. O conceito de campo em Bourdieu (2005) pode ser traduzido e absorvido como o espaço no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo, contribuindo para que sejam entendidas as tensões em torno da definição de desastre, ou seja, a batalha de forças visando ao exercício de poder ou à imposição de uma verdade. Como um jogo, o campo é conduzido por regras, estratégias e táticas que são utilizadas de acordo com as posições ocupadas pelos agentes (VARGAS, 2013, p. 20).

Desastre: campo de disputas

Quando falamos em desastres, não estamos todos falando a partir de um mesmo lugar e sobre um mesmo processo ou fato, ou seja, esse conceito se encontra num campo que se configura em disputas por sua definição, caracterizadas por estratégias tanto discursivas como práticas. Enquanto sua visão hegemônica tende a enfatizá-lo como evento “natural”, quando são apresentados como fatalidades diretamente associadas a algum evento da natureza, a opção feita nessa abordagem é aquela que, à luz da Sociologia, tratará os desastres como fenômenos inerentemente sociais cuja origem se encontra na estrutura ou no sistema social. É fenômeno adverso que gera processos de ruptura da rotina, de lugares, fazeres e práticas envolvendo uma configuração espaço-temporal e sócio-histórica para manifestar-se. Não seria, então, apropriado falar de “desastres naturais” como se pudessem existir fora das ações e decisões dos seres humanos e suas sociedades (QUARANTELLI, 2005; VALENCIO, 2009).

O foco no elemento biofísico facilmente colabora para a ocultação das complexas relações sociais de desigualdade que, historicamente produzidas, trazem resultados diferenciados aos mais vulneráveis diante dos impactos de fatores ameaçantes, evitando questionamento amplo sobre as contradições presentes na dinâmica socioespacial. Dessa ênfase no aspecto “natural”, nasce uma “cultura da segurança” e suas instituições correspondentes (VALENCIO, 2014), incluindo todo um arcabouço legal que sustenta a gestão dos desastres.

Destacar o aspecto da disputa no campo dos desastres significa, entre outros, afirmar que

(...) identifico a presença de regularidades discursivas que apontam para os diferentes sentidos que um mesmo termo e/ou prática podem expressar. Trato de nomeações que não são inocentes e que têm a ver com a luta pela hegemonia, pela “forma dominante de dominação”. Nesse sentido, não são inocentes as formas como certos grupos sociais são designados, como não o é a nomeação de seus territórios, as formas de interpretação de suas relações e dos usos que fazem do espaço. Identifico conflitos e também convergências, encontros e desencontros entre os agentes envolvidos na disputa, ou seja, entre aqueles que optamos por denominar autoridades em desastres e os grupos sociais afetados pelos desastres, assim como um conjunto de relações e tensões que são internas a esses mesmos grupos (VARGAS, 2013, p. 219).

O que seria, pois, um desastre? Percebe-se uma forma predominante de tal resposta se constituir e propagar, ou um lugar de verdade que

permite que seja tratado como “algo dado”, envolto por aparente objetividade. Porém, há fortes indícios de que o desastre não é feito de uma única representação – diversidade essa retratada, de um lado, pela institucionalidade em que se ancora sua gestão e, de outro, conformada pela experiência dos grupos sociais diretamente afetados. Apesar da tentativa de projeção de uma ideia totalizante ou única acerca do fenômeno, respaldada pelos preceitos científicos, em que a diversidade presente tende a sucumbir, temos revelada uma diversidade de vocalizações que denunciam, dentre outras, a persistência da polifonia e disseminação das vozes presentes nas lutas que emergem nos Lugares³ de viver e morar.

Outro aspecto fundamental da opção assumida nessa abordagem: os desastres podem ser claramente pensados em sua associação com as condições de vulnerabilidade ou processos de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006) nos quais se encontram diferentes grupos sociais. Nesse sentido, quando o foco é retirado do indivíduo e deslocado para a desigual proteção ou para os mecanismos que tornam os sujeitos mais vulneráveis, nos é possibilitado ressaltar o que lhes é devido em termos de proteção social e de direitos. Na opção por essa abordagem, são reafirmadas as vulnerabilidades estruturais somadas àquelas que as mudanças climáticas farão emergir.

Em síntese: a ênfase dessa abordagem reside em trazer o desastre como campo de disputas e embates que esboça fronteiras opostas entre grupos e projetos antagônicos. Essas disputas envolvem atores que estão no mundo da ciência, no meio técnico-perito-institucional e na sociedade civil, sendo uma luta que se dá tanto no espaço social quanto na esfera simbólica envolvendo projetos, discursos e sentidos distintos que disputam reconhecimento e legitimidade. Os diferentes ambientes de debate – acadêmico, político, de gestão, midiático – apontam para o tensionamento entre as relações que colaboram para explicar como certas formas de classificação ganham primazia na luta pela autoridade de designar, nomear e legitimar uma visão acerca desse objeto (VARGAS, 2013).

Serviço social: competências profissionais e desafios contemporâneos

Algumas considerações permitidas pelo projeto do Serviço Social brasileiro contemporâneo tornam-se fundamentais para que se possa refletir mais particularmente sobre os impasses que são experimentados pela ca-

3. Com o intuito de enfatizá-la e resguardar seu tratamento em associação com a ideia de identidade e pertencimento, a expressão “Lugar” aparece com inicial maiúscula.

tegoria profissional hoje. Duas grandes contribuições serão aqui resgatadas com essa finalidade: a de Yamamoto (2009), ao discutir a radicalização da questão social diante da financeirização do capital e da competência profissional; as de Guerra (2012) e Santos (2010), ao tratarem da dimensão técnico-operativa da profissão, traçando o dilema “causalidade” e “teleologia” – com vistas à reflexão sobre as controvérsias experimentadas pela inserção desse profissional no universo de uma racionalidade técnica que tende a ser manipulatória; ou nas palavras de Valencio (2010), que se referencia no âmbito das tecnicidades.⁴

O Serviço Social brasileiro, nas reflexões de Yamamoto (idem), apresenta contemporaneamente uma feição acadêmico-profissional e social renovada, fruto de uma ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens. Volta-se à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção dos meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Tendo essa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos.

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar predominante nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário, ou seja, no Estado, assim como em empresas privadas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Dotados de racionalidades distintas, esses diferentes espaços implicarão relações sociais de natureza particular, disputadas por diferentes sujeitos sociais que figuram como empregadores, o que colabora para condicionar o caráter do trabalho realizado, seus limites e possibilidades, seu significado social e rebatimentos na sociedade. Ou seja, as incidências do trabalho do assistente social na sociedade não dependerão exclusivamente dele numa condição isolada, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais esse profissional o realiza.

Os assistentes sociais atuam na formulação, planejamento e execução de políticas públicas, em diferentes áreas, a exemplo da educação, saúde,

4. Ao refletir sobre a institucionalidade gestora dos desastres no caso brasileiro, a autora enfatiza as características próprias e limitadoras presentes nas “tecnicidades forjadoras de um substrato institucional – como na formação de um jargão próprio, de procedimentos burocráticos, de cadeias de comando e controle, de condutas e rituais – que amplia a distância do *modus operandi* da sociedade civil, impedindo a concretização do slogan institucional” (2010, p. 753).

previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, dentre outros. Atuam também na esfera privada, principalmente no âmbito do repasse de benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços. Por fim, a categoria profissional também se faz presente em processos de organização e formação política de segmentos diversos de trabalhadores, segundo dados apresentados pelo Conselho Federal de Serviço Social (2005).

A afirmação do compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais, se dá, pois, pela realização de uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los e contribuindo para a visibilidade das necessidades e interesses dos sujeitos sociais na cena pública.

Considerando ainda o cenário contemporâneo, Yamamoto sinalizará para o sentido da radicalização das expressões da questão social, objeto da intervenção profissional, tendo por hipótese

(...) que na raiz da questão social na atualidade, encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto forças que capturam o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, que passam a assumir os ônus das chamadas ‘exigências dos mercados’. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos, nos campos monetário e financeiro, e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizarem na esfera financeira. Esse processo redimensiona a ‘questão social’ na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações (2009, p. 31).

No contexto de financeirização do capital, a questão social é mais do que a pobreza ou a desigualdade. Segundo a autora, ela passa a expressar a *banalização do humano*, resultante da indiferença diante da esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Outros autores chamam a atenção para esse mesmo processo por meio de categorias significativas como *refugo humano* (BAUMAN, 2005), *matáveis* (RIZEK, 2002), *ambiente de genocídio* (VALENCIO, 2009). A banalização do humano contaria com a retomada das ações filantrópicas e de benemerência e com a desregulamentação das políticas sociais e direitos sociais, traduzindo um retrocesso das conquistas sociais acumuladas por intermédio da

também retomada da ideia liberal de que o bem-estar social pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades.

Nessa direção, ao refletirmos sobre o projeto profissional dos assistentes sociais, nos deslocamos do discurso burocrata sobre a competência para a noção de competência profissional crítica, que supõe:

a) Um diálogo crítico com a herança intelectual incorporada pelo Serviço Social e nas autorrepresentações do profissional, cuja porta de entrada para a profissão passa pela história da sociedade e pela história do pensamento social na modernidade, construindo um diálogo fértil e rigoroso entre teoria e história; b) um redirecionamento dos critérios da objetividade do conhecimento, para além daqueles promulgados pela racionalidade da burocracia e da organização, que privilegia sua conformidade com o movimento da história e da cultura (...); c) uma competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não reifica o saber fazer, subordinando-o à direção do fazer. Os rumos e estratégias da ação são estabelecidos a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a ação profissional (...). (IAMAMOTO, 2009, p.17).

Há, pois, a recusa da naturalização da vida social, condenando o *messianismo utópico*, como visão “heróica” da profissão, assim como o *fatalismo*, que alimentaria uma visão perversa do Serviço Social. Trata-se de considerar o fazer profissional inserido na trama de relações e interesses sociais específicos. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade das contradições próprias do modelo capitalista como cria possibilidades para sua transformação.

Isso posto, cabe-nos reafirmar a não neutralidade da intervenção técnico-operativa do assistente social. Tal dimensão é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida, afirma Guerra (2012). Porém, faz-se mister considerar a necessária unidade entre as três dimensões da formação desse profissional, quais sejam, a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que possuem identidades próprias, mas que conformam uma unidade. É no cotidiano profissional que as dimensões da profissão se atravessam, se entrecruzam, mas também se confrontam, a todo momento, conformando uma unidade de elementos diversos e, ainda, se sobrepondo umas às outras.

Assim, a definição sobre o *que* e *como* fazer tem que ser articulada ao *por que* fazer (significado social do profissional e sua funcionalidade ou não

ao padrão dominante), ao *para que* fazer (indicando as finalidades/teleologia do sujeito profissional) e ao *com o que* fazer (com que meios, recursos e através de que mediações ou sistema (s) de mediações) (IDEM, p. 43).

Pensar a intervenção é fundamental numa profissão cuja natureza é prioritariamente interventiva, afirma Santos (2010). Para a autora, a categoria precisa enfrentar o desafio de pensar sobre os instrumentos e técnicas que são e podem vir a ser utilizados na intervenção do Serviço Social, numa postura crítica e de construção, sendo que os mesmos podem ser utilizados tendo em vista os diferentes objetivos da intervenção profissional.

A menção à instrumentalidade profissional do assistente social ganha importância no escopo dessa reflexão principalmente porque se revelam impasses muito claramente delimitados quando de sua inserção num meio técnico institucional em que tem vigorado a presença de formações diversas, prioritariamente originadas das ciências exatas e/ou da natureza, o que traduz certa hegemonia no direcionamento das ações de gestão dos desastres, pautado numa racionalidade objetivista.⁵ Esse meio técnico institucional tem representado, de maneira geral, as autoridades em desastre. Supomos que ela diga respeito não apenas a pessoas e às posições por elas ocupadas nos diferentes escalões e cargos das três esferas de governo, mas também àqueles que fazem a interlocução com o meio social a partir de outros lugares privilegiados – dentre eles, a ciência. Esses lugares que se projetam como privilegiados nas instâncias públicas, nas privadas com as quais estabelecem interlocução e também no âmbito do saber científico são tidos como portadores de uma interpretação sobre o mundo que é mais “qualificada”, se tornando, pois, “lugar de autoridade” – e, como supomos, lugar de poder.

Sendo assim, nos interessa considerar o conjunto do qual fazem parte agentes do meio científico, meio técnico e da gestão pública, performances estas embasadas por diversas formações. Institucionalmente, poderiam ser identificadas por aqueles que atuam no âmbito científico/formativo, técnico/executivo e no meio político/administrativo, represen-

5. A perspectiva objetivista vem se viabilizando por meio do uso de recursos da teoria econômica (teoria dos jogos, teorias de decisão) em prol de uma visão de “risco” associada essencialmente a uma relação de custo/benefício. Este enfoque traz sérios conflitos de ordem ética, pois na concepção econômica só existe uma única posição pessoal: a do tomador de decisão. Para contornar este conflito, o discurso técnico tenta dar conta da realidade entendendo o “risco” como duas partes separadas: o aspecto essencial (a probabilidade) e o aspecto acidental (o resto), tido como desprezível (REHMANN-SUTTER apud LIEBER; ROMANO-LIEBER, 2002, p. 83).

tados por uma gama de cientistas, peritos, especialistas, técnicos, profissionais, a exemplo dos engenheiros (nas suas diversas especialidades), geólogos, geógrafos, analistas ambientais, urbanistas, psicólogos, advogados, administradores e também os assistentes sociais, dentre outros, associados ao desempenho em contextos de desastres. No imaginário social, alguns serão mais facilmente identificados na sua associação com os desastres, enquanto outros, apesar de inseridos no bojo da peritagem e da gestão, conformarão uma relação mais indireta com o mesmo.

O corpo das autoridades se apresenta subdividido por diferentes áreas do conhecimento, suas diversas concepções, objetos, racionalidades e princípios, interferindo na leitura e ação sobre o desastre. A instrumentalidade utilizada pelo assistente social, profissional que se projeta no imaginário social a partir prioritariamente da execução da política de assistência quando dos desastres, deve estar diretamente ligada à consciência da finalidade que porta a sua intervenção. Atentos a isso, o uso dos instrumentos, que está atrelado a uma dimensão teórica, política e ética, pode se furtrar à armadilha de uma práxis manipulatória ou de uma razão meramente mecanicista, em que alguns procedimentos práticos são repetidos mecanicamente sem ligação com as finalidades e realidade postas. Santos (2010) e Guerra (2012) objetivam destacar que os instrumentos e técnicas acolhem em si as relações sociais e de poder, daí seu caráter político. Eles guardam as contradições contidas nessas relações, sendo, assim, amplas as suas potencialidades.

Há, na relação entre profissional e usuário, uma relação de poder que deve ser conhecida e trabalhada adequadamente, ou seja, a relação entre os atores envolvidos na ação profissional se dá na operacionalização de um instrumento. É necessário, portanto, que se domine o manuseio desses instrumentos para que se alcance uma relação apropriada, almejada na finalidade posta pelo profissional e pautada no Código de Ética profissional: uma relação democrática, justa, que prime pela equidade social (SANTOS, 2010, p. 91).

O assistente social e a gestão de desastres

Considerando as reflexões traçadas, indagamos: como tem se dado a inserção do assistente social na gestão dos desastres, integrando o universo das técnicas (VALENCIO, 2010) – em que tem predominado uma perspectiva objetivista dos riscos e desastres? Que requisições lhes têm sido atribuídas? Cabe destacar que sua presença nesse contexto é comumente pensada a partir da execução terminal de algumas políticas sociais específicas, com destaque para a política de assistência social, tra-

duzindo-se num reducionismo, em detrimento de sua participação em ações de planejamento, assessoria e gestão social fundamentadas na intersetorialidade e transversalidade das políticas,⁶ o que possibilitaria assegurar melhores condições na promoção da proteção social. O que está, pois, configurado como prática predominantemente?

A participação do assistente social no contexto da gestão de desastres instiga-nos à reflexão sobre o impasse entre a defesa de seu projeto profissional coletivo e as severas limitações que lhes têm sido impostas, configurando uma intervenção pontual, restritiva, cuja natureza pode simbolizar um retrocesso ao que está sendo denominado de *reino da necessidade*, em contraponto ao que chamaremos de *reino dos direitos*. Esse impasse não se coloca para o assistente social apenas em contexto de desastres, mas diante das expressões da questão social de modo mais geral, sendo indispensável referenciá-la nas características próprias do modo de produção e reprodução dessa sociedade e, por consequência, dos mecanismos gestados para a sua manutenção.

As políticas sociais e a formação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas de formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações (NETTO, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico (...), o de constituição das relações sociais capitalistas e que tem continuidade na esfera da reprodução social (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

No entanto, objetivamos realçar algumas particularidades do enfrentamento das consequências dos desastres, interpretado e adminis-

6. A Defesa Civil deveria ser um tema transversal às políticas públicas (VALENCIO, 2009), dentre elas as de saúde, moradia, educação, transporte, que incidem na reprodução e realidade sociais. É importante entender, no entanto, que a experiência brasileira revela não existir uma padronização na forma de as defesas civis municipais se constituírem, apesar de assim prever a legislação. Então, é possível encontrar formações exclusivamente voluntárias, militares, técnicas ou o misto dessas representações, ou ainda a mistura apenas parcial delas. Sua constituição pode incluir os porta-vozes militares, das técnicas ou incluí-los apenas em “momentos de crise”, respaldados pelo conhecimento científico originado prioritariamente das ciências exatas e da “natureza”. Destaca-se, nesse âmbito, a forte presença da racionalidade militarizada que está na origem do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e que nunca o abandonou. E quais são os reflexos disso? A Defesa Civil revela clara concepção de ordem social que é autoritária. Isso permite supor que essas autoridades estão numa posição que não permite a “barganha”, imprimindo nesses processos e relações a visão unilateralizada de tomada de decisão, ou a vocalização única (VARGAS, 2013, p. 49).

trado a partir de racionalidades próprias – incluindo a visão acerca do impacto e dos impactados.

Merece, pois, atenção a inserção que os assistentes sociais vêm experimentando na gestão dos desastres, na qual tem vigorado uma racionalidade própria das ciências da natureza, a partir de diagnósticos e ações que evidenciam o claro distanciamento entre as demandas sociais apresentadas e as ações que lhes são correspondentes, ou seja, as que tratam do refazimento ou viabilização de infraestrutura, das regras de uso e ocupação do solo, da política de habitação de interesse social, assistência social, saúde, dentre outras, desconsiderando as especificidades socioculturais dos grupos afetados. Ocorre, no meio institucional de defesa civil, uma persistente fuga das discussões sobre os processos de vulnerabilização que colocam diferentes grupos sociais em posições tão distintas diante do fenômeno desastre. A autoridade pública comumente se coloca no lugar de quem rechaça o diálogo ao custo de práticas de afastamento e desencontros deliberados, afirma Valencio (2009, p. 6).

A manutenção da distância social seguramente é um meio eficaz para impedir, durante algum tempo, a confrontação com a verdade do Outro, sobretudo quando a mesma enseja autoconfrontação. Uma nuance dessa dimensão é o sentido de preocupação e adoção de providências imediatas do ente público com a minoração do sofrimento dos ricos enquanto segue com relativa indiferença frente às agruras dos pobres combatidos pelos mesmos desastres (...). A representação do mundo social que os agentes de defesa civil por vezes mantêm, com base em preconceito de classe, é de que o sofrimento recorrente cria calos emocionais aos empobrecidos; já os afluentes têm sensibilidades que merecem cuidados.

A origem militar do aparato institucional de defesa civil, de natureza fortemente hierarquizada, e sua interferência na reflexividade institucional – o que é igualmente verdadeiro para as corporações que respondem pela segurança pública – incrementam esse distanciamento e o comprometimento de negociações que possam ocorrer em bases mais democráticas.

É temerário, em termos sócio-políticos, que, à frente de instituições civis, haja sujeitos que tensionam abertamente com a racionalidade civil, desqualificam ou menosprezam os cidadãos a quem servem e, por vezes, insuflam intolerâncias no meio civil, indispondo grupos sociais afluentes e camadas médias contra os que já sofrem continuados abusos frente a seus direitos (...). (IDEM, p. 8).

Tal tendência se coloca como um grande desafio ao assistente social em tais relações institucionais (contexto em que se revela certa tentativa

de “submissão” da racionalidade profissional às áreas técnicas hegemônicas, das quais o Serviço Social não faz parte), num enfrentamento entre as diferentes concepções acerca da realidade social e seus processos.

A participação dos assistentes sociais nos desastres tem se dado por vinculações institucionais mais indiretas, ou seja, menos pela sua ligação formal com os órgãos responsáveis pela gestão – a exemplo das Defesas Civis municipais – e mais por meio dos quadros profissionais das Secretarias responsáveis pelo Desenvolvimento Social local – acionados quase sempre em caráter emergencial – e ainda, por vezes e mais indiretamente, por intermédio de entidades de natureza filantrópica que na etapa do socorro se somam ao trabalho social efetivado em prol dos afetados. Não vamos nos deter nesse aspecto, mas apenas realçar que essas diferentes formas de vinculação são determinantes das possibilidades interventivas dos profissionais, relativizando seu poder, autonomia e sua contribuição ao processo de gestão social como um todo. Além do enfrentamento que se dá pelo embate de racionalidades distintas no entendimento do que cabe à gestão do desastre como compromisso protetivo por parte do ente público, os assistentes sociais têm sofrido fortemente os rebatimentos da precarização dessas vinculações de trabalho (contratos temporários, baixos salários), o que reforça a característica de descontinuidade que as ações emergenciais de maneira geral têm firmado nesses contextos.⁷

As ações/atribuições restritas destinadas a atender ao *reino das necessidades* reafirmariam, no âmbito das requisições profissionais atribuídas ao Serviço Social, a condição limitada da assistência social, nesse contexto específico, fortemente atrelada às situações de emergência pós-impacto – ou ao que denominaremos *engodo da emergência*,⁸ que facilita a comoção e

7. É premente a necessidade da reflexão profissional acerca dos referidos processos. Algumas iniciativas já vêm ocorrendo nesse sentido, impulsionadas pelos Conselhos Regionais e/ou Instituições de Ensino Superior, a exemplo de eventos que ocorreram no Rio de Janeiro e em Minas Gerais nos últimos anos, principalmente depois do desencadeamento do desastre na Região Serrana do RJ, e dos quais tivemos a oportunidade de participar como debatedores representando o NEPED/UFSCar, numa proposta de reflexão crítica acerca do tema. A exemplo: II Encontro Regional de Pesquisadores em Serviço Social da ABEPSS-Leste, em setembro de 2008; XII ENPESS, em 2012; Curso de Formação em Direito Social e Assessoria Jurídica Popular – CDDH Petrópolis, nos anos de 2012 e 2013; Seminário Estadual “Serviço Social, Direito à Cidade e Política Urbana”, promovido pela UERJ, CRESS 7ª Região e Rede QUESS, em outubro de 2011; Ciclo de Debates da Comissão de Direito à Cidade do CRESS 7ª Região, em dezembro de 2012; Seminário “Desastres Naturais: diálogos e experiências”, promovido pelo Programa UFF SOS Comunidade, em dezembro de 2012; Seminários Estaduais CRESS 7ª Região: “Desastres e Justiça Socioambientais: o papel do Serviço Social”, em Friburgo, maio de 2013; Seminário Mensal do Laboratório LEUS do Departamento de Serviço Social da PUC Rio – Conferência “Desastre é a falta de todo mundo ...”: a multiplicidade interpretativa do fenômeno e a contribuição da Sociologia, em abril de 2014; XI Semana do Serviço Social – “O Serviço Social na Defesa do Direito à Cidade”, promovida pelo Centro de Ensino Superior de

sensibilização momentâneas, justificando o apoio residual – em confronto com as conquistas históricas e coletivas experimentadas no campo dos direitos sociais, incluindo os avanços experimentados pela política de assistência social. É importante lembrar, a exemplo:

- 1) A Política de Assistência Social integra o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e tem um papel a cumprir antes, durante e depois do impacto que desencadeia o desastre. As respostas pertencem a diferentes níveis do governo e estão vinculadas ao papel das principais políticas de atuação: Defesa Civil, Habitação, Saúde e Assistência Social.
- 2) De acordo com a tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Públicas e Emergências faz parte dos serviços na categoria de Alta Complexidade e tem por dever: promover o apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas; assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas. Trata-se das possibilidades asseguradas pela Política de Assistência Social em conjunto com aquelas requisições que integram o próprio projeto profissional dos assistentes sociais e que contribuirão para fortalecer ações de gestão dos desastres em outro patamar, ou seja, além da garantia por direitos socioassistenciais, o direito dos assistidos a integrem o âmbito das decisões e da gestão compartilhada das ações, configurando um exercício de controle social efetivo.

A direção do trabalho realizado junto aos grupos afetados pelos desastres tem revelado o privilegiamento da resposta por meio de benefícios

-
7. (*continuação*) Conselheiro Lafaiete, em maio de 2014; Seminário “Desastres, Planejamento Urbano e Justiça Ambiental”, promovido pelo LEUS do Departamento de Serviço Social da PUC Rio, em outubro de 2014; Seminário Internacional “Riscos de Desastres relacionados à Água – aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos”, realizado em novembro de 2014 por meio da parceria NEPED/UFSCar e NESA/UFF (motivador da escrita desse texto). Ressaltamos ainda a matéria intitulada “A culpa não é da natureza”, elaborada pelo CRESS 7ª Região/RJ, em seu informativo *Praxis*, jan/fev 2013, com ênfase no trabalho do Assistente Social em contexto de desastre, assim como as diferentes pesquisas acadêmicas que surgem no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social voltadas a esse objeto.
 8. A crítica à emergência não tem por finalidade desconsiderar a importância da prestação de socorro e adoção de medidas imediatas em favor de grupos afetados por desastres. O que se objetiva é problematizar o lugar que essa característica vem ocupando no desvirtuamento do real sentido social do desastre e seus rebatimentos.

eventuais diante da ausência da política estrutural, ou seja, do combate antecipado às injustiças sociais, políticas e ambientais, desafiando a concepção de cidadania – ainda que restrita aos limites do capitalismo. Atentamos, em meio aos enfrentamentos esboçados, para o risco de retomada das velhas requisições moralistas, higienistas – traços que marcaram profundamente a gênese da profissão, em que o eixo definidor do perfil pedagógico das práticas da profissão era a “ajuda”. Tais requisições tendem a perpassar as instituições cujo trabalho se pauta nas ações emergenciais, que se associam a campanhas/doações, com a forte intercessão do âmbito privado, tendendo ao assistencialismo que desvirtua a tônica da proteção social como direito, enfatizando a compaixão⁹ e perspectiva restritamente humanitária. Diz respeito à armadilha da naturalização e reprodução de uma política baseada na violência simbólica, por intermédio da tecnificação do discurso e das práticas utilizadas para destituir os afetados de qualquer poder sobre o seu próprio destino e o do seu lugar de vivência, incluindo a imposição de deslocamentos compulsórios.

Uma maior aproximação da categoria com o debate atualmente alavancado pelas Ciências Sociais acerca dos desastres, assim como dos desafios impostos pelas requisições por esse campo sinalizadas, chama-nos a atenção: 1) para as armadilhas que se esboçam a partir da tentativa de imposição de uma racionalidade única a definir a concepção de desastre e as ações que fundam a sua gestão; 2) para formas alternativas de entender o problema e as relações entre os grupos sociais envolvidos.

Quais são os elementos a serem apreendidos a partir dessas relações para o fortalecimento de uma prática profissional condizente com a defesa do *reino dos direitos*? Como a gestão da emergência poderia ser repensada, considerando as quatro fases institucionalizadas para a gestão dos desastres, ou seja, prevenção, preparação, resposta e recuperação, a partir de um olhar das Ciências Humanas e Sociais? Alguns elementos acerca da assistência social no escopo dos direitos sociais já foram sinalizados¹⁰ e podemos mencionar algumas requisições que se colocam ao assistente social na prestação da assistência em contexto de desastres.

Os cenários de desastres têm comumente demandado: o acolhimento imediato de grupos afetados em condições dignas e de segurança, por meio de alojamentos provisórios, identificação de perdas e danos ocorridos,

9. Soma-se à postura de desqualificação outra forma predominante e contundente de tratamento de tais grupos sociais nos desastres envolvidos: aquela alimentada pela compaixão (SENNETT, 2004). Descadeia-se o apelo à doação, ajuda, entrega emocional, humana em detrimento da intervenção política, o que contribui para camuflar processos que foram histórica e politicamente engendrados e negligenciados anteriormente à deflagração do desastre (VARGAS, 2013, p. 93).

cadastro da população para articulação das redes de políticas públicas e redes sociais de apoio, provimento das necessidades detectadas e promoção da inserção na rede socioassistencial. Além dos cuidados estruturais, têm se revelado fundamentais os momentos de escuta qualificada, possibilitando a vocalização de cada sujeito/família/grupos acerca da experiência vivenciada, de seus lutos e sofrimento e de suas demandas específicas.

No entanto, observando além, destacamos a contribuição que o Serviço Social pode oferecer na organização e lutas decorrentes dessas experiências, por meio das mediações com o poder público, apoio no resgate da identidade individual e coletiva, fortalecimento da atuação e participação como sujeitos de direitos, organização fomentada no/pelo desastre, ou seja, a protagonização do assistido/afetado. Ou seja, o foco na “emergência” pode ser repensado em oportunidade de mobilização e articulação com outras forças sociais. Retomando o que afirma Yamamoto (2009, p. 43): “(...) a articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais”. De forma complementar, afirma Guerra (2012, p. 66):

(...) é necessário investir em estratégias e táticas socioeducativas de organização e mobilização dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva de que eles se organizem como sujeitos coletivos. Estamos cientes de que do direcionamento dado à formação profissional resultará ou não uma capitulação à razão instrumental.

A participação das comunidades locais é crucial para democratização das ações e pode gerar uma gestão de desastres mais adequada e afinada com a realidade. Este aspecto é tendencialmente ignorado pelos gestores que, quando não o fazem, se movimentam no sentido de submeter tais grupos à sua tutela. É preciso atentar sobre as formas pelas quais essas relações são estabelecidas, uma vez que se constata um caráter impositivo da orientação técnica acerca de como proceder diante de uma situação de emergência, e não só, o que reduz o valor inerente da proteção civil, em que a comunidade se organiza nos seus próprios termos.

Ainda nesse sentido, devemos nos ater ao espaço das diversas vocalizações e saberes representados pela diversidade de atores que ocupa a cena política,¹¹ entendendo que uma revisão desse cenário só poderá acontecer via fortalecimento dos canais de participação popular, possível somente na construção e reconhecimento de sujeitos coletivos, sujeitos de

10. Sugerimos a leitura das contribuições apresentadas por Santos et al. (2014) sobre a Política de Assistência Social em Situação de Desastres.

direitos. A reflexão de Dhamer (2010) nos permite um amadurecimento no sentido de pensar uma transposição da execução restrita da política de assistência social para o exercício mais ampliado de mobilização e controle sociais. Ao refletir sobre o possível excesso de institucionalização da profissão e seu afastamento dos movimentos sociais e políticos, defende

o fomento à interlocução entre o público-alvo da assistência social e demais cidadãos/ãs e movimentos sociais atuantes por direito à cidade, à reforma agrária e a outras lutas. É outro aspecto que precisa ser levado em conta, caso se queira romper com a dimensão de “insulamento” dessa política pública e com o seu ‘caráter residual’. Essa tarefa pertence tanto ao Estado brasileiro quanto aos movimentos sociais e entidades da sociedade civil compromissados para que princípios e diretrizes da política nacional de assistência social de fato se concretizem (IDEM, p. 195).

Considerações conclusivas

Ao discutirmos o fazer profissional do assistente social em contextos de desastres, buscamos nos opor à naturalização destes, defendendo-os como um fenômeno inerentemente social, destacando que o ambiente é produto de uma construção social e histórica. Nessa reflexão, a predominante ausência de diálogo entre os diferentes saberes que perpassam esse contexto também se mostrou relevante. Há uma tensão entre saber perito e saberes da população, ao mesmo tempo em que esses se entrecruzam. O saber perito tende a se firmar como o saber válido, verdadeiro, enquanto os saberes originados dos afetados tendem a ser desqualificados nas tomadas de decisão sobre suas vidas. Todavia, não serão as informações peritas aquelas que necessariamente promoverão a tomada de decisão da população diante dos desastres.

Uma mudança nessa perspectiva requer não apenas uma interação hierárquica de técnicos com os grupos vulneráveis, mas uma interação na qual o fluxo de informações seja bidirecional e de mesmo valor na renovação das práticas de ambos os lados. É necessário haver uma sinergia entre conhecimentos e saberes na busca do bem-estar coletivo. Trata-se de uma nova ética de relacionamento entre Estado e sociedade. Ética de compromisso com a cidadania participativa, em que haja lugar para a escuta e compreensão das limitações das rotinas dos vulneráveis, das soluções engenhosas que nascem do conhecimento popular. Trata-se da perspectiva de reconhecimento da capacidade de ação, iniciativa e invenção dos sujeitos populares.

O Serviço Social, enquanto profissão que hoje integra o corpo técnico da gestão de desastres, vê-se responsável por refletir sobre o seu lugar

profissional num processo que é caracterizado por impasses e disputas entre diferentes visões de sociedade e dos grupos sociais que a compõem. Não se trata de pensar sua prática de forma isolada, o que se configuraria num equívoco, mas de situar a mobilização dessa forma específica de saber, em meio a outros tantos, considerando-a de forma crítica na relação com outros saberes integrantes do mundo técnico e sujeitos sociais demandantes do seu trabalho.

Nesse sentido, entendemos que duas tendências podem ser fortalecidas pelo Serviço Social diante das requisições que o ambiente dos desastres traz à categoria:

1) uma que circunscreve esses processos no horizonte histórico da proteção social, do bem-estar social, centrada no fortalecimento do poder do usuário, mediante processos de publicização em relação aos sujeitos e recursos institucionais, na perspectiva da luta pela democratização e universalização das políticas públicas;

2) outra que vincula os processos de mobilização social e organização desencadeados na prática profissional dos assistentes sociais ao movimento de certos grupos sociais, em torno de sua organização autônoma, sustentada na necessidade e na possibilidade de lutas que favoreçam a garantia e ampliação das conquistas sociais e políticas – garantias postas tardiamente na sociedade brasileira, quando as condições concretas desse padrão nos países centrais já se encontravam esgotadas.

Realçamos a importância de que a leitura profissional sobre os desastres, as demandas trazidas a partir desse contexto ao assistente social e a inserção profissional nas relações institucionais de sua gestão possam ser deslocadas de seu caráter tendencialmente imediatista, residual e emergencial para uma análise que possibilite a crítica coerente ao que tal fenômeno revela, ou seja, ser processo originado de um sistema social inentemente contraditório e desigual. A prática profissional é desafiada à construção de uma ação emancipatória, considerando uma perspectiva de totalidade, também no âmbito da gestão dos desastres.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2, 2006, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Comunicação. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/UserFiles/17/Files/VulnerabilidadeAmbProcRelAcselrad.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. **Lei 8.662/93** de regulamentação da profissão. 3. ed. revisada e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social, **Carta de Manaus**. Manaus, 2005.

DAHMER, T. P. Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2010.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C.M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 39-68.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 2009. v. 1. p. 15-50.

LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. O conceito de risco: Janus reinventado. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Org.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 69-111.

QUARANTELLI, E. L. A social science research agenda for the disasters of the 21 st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. (Orgs.). **What is a disaster? New answers to old questions**. USA: International Research Committee on Disasters, 2005. p. 325-396.

RIZEK, C. S. Os sentidos da cidade brasileira: da civilidade a seu avesso. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 23, 2002, Gramado. **Anais...** Gramado: ABA, 2002.

SANTOS, C. M. **Na prática, a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2010.

SANTOS, A. et al. A intervenção estatal em situações de desastres naturais: uma análise do papel da Política de Assistência Social. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (Orgs.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014. p. 63-76.

SENNETT, R. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VALENCIO, N. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: _____ et al. (Org.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 3-33.

_____. Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p.748-762, 2010.

_____. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, p. 3631-3644, 2014.

VARGAS, M. A. R. **Da “chuva típica” à “falta de todo mundo”: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.